



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LAÍS FERNANDES ARAÚJO

**VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAP+ NO PAÍS: O OLHAR DOS
(DAS) ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS E O
ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ÓDIO.**

FORTALEZA

2024

LAÍS FERNANDES ARAÚJO

VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAP+ NO PAÍS: O OLHAR DOS
(DAS) ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS E O
ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ÓDIO.

Artigo TCC apresentado ao curso de Serviço Social do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Secundo.

FORTALEZA

2024

LAÍS FERNANDES ARAÚJO

VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAP+ NO PAÍS: O OLHAR DOS
(DAS) ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS E O
ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ÓDIO.

Artigo TCC apresentado no dia 13 de junho de 2024 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social da Universitário Fametro – UNIFAMETRO, tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Secundo da Silva Neto
Orientador – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Prof.^a Dra. Evania Maria Oliveira Severiano
Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Francisco Tarcísio Valdivino de Sousa
Bacharel em Serviço Social/Unifametro

À minha esposa, cujo amor é inestimável,
à minha mãe e aos professores, cuja
orientação e apoio moldaram quem eu sou
hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha esposa, Ulhiana Crissi, que tanto me incentivou a não desistir da minha formação e que através do seu amor me deu forças para chegar até aqui. A minha mãe, Ana Kerlay, por toda a dedicação desde meu nascimento, para que eu pudesse me tornar quem sou hoje e que, através da sua própria luta, me possibilitou um caminho tranquilo durante a minha formação.

Agradeço a todos os professores que sempre me ajudaram e contribuíram para meu aprendizado pessoal e profissional, em especial ao meu professor e orientador Francisco Secundo, que guiou meus caminhos até o final desse ciclo.

Você pode seguir em frente

*Você pode dar uma festa cheia com todo mundo que
você conhece*

*Você pode começar uma família que sempre lhe
mostrará amor*

Você não precisa se desculpar, não

Harry Styles

**VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAP+ NO PAÍS: O OLHAR DOS
(DAS) ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS E O
ENFRENTAMENTO AOS CRIMES DE ÓDIO.**

**VIOLENCE AGAINST THE LGBTQIAP+ COMMUNITY IN THE COUNTRY: THE
VIEW OF SOCIAL WORKERS IN FRONT OF SOCIAL POLICIES AND
CONFRONTING HATE CRIMES.**

Laís Fernandes Araújo

Francisco Secundo da Silva Neto

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as diferentes perspectivas dos assistentes sociais em relação a violência LGBTQIAP+ no Brasil, através das recentes pesquisas dos profissionais na área. A metodologia adotada consiste em uma revisão sistemática de literatura acadêmica com os recortes de gênero e sexualidade. Como principais resultados registramos que o tema tem ganhado mais visibilidade no âmbito profissional. Em contraponto, ainda urge a ampliação da quantidade de pesquisas que abordem o assunto apresentado e que se mostra fundamental para o combate efetivo da violência contra esse público. Além disso, torna-se também necessário a efetivação das políticas públicas existentes e a criação de novas legislações específicas que garantam a proteção desses indivíduos. O ponto dessa pesquisa revela a urgência de medidas que combatam verdadeiramente a violência, através dos profissionais do Serviço Social, e que promovam a inclusão desse público invisibilizado, bem como o respeito à diversidade de orientação sexual e gênero.

Palavras-chave: População LGBT – Serviço Social – Violência.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the different perspectives of social workers in relation to LGBTQIAP+ violence in Brazil, through recent research by professionals in the area. The methodology adopted consists of a systematic review of academic literature focusing on gender and sexuality. As main results, we note that the topic has gained more visibility in the professional sphere. In contrast, there is still an urgent need to increase the amount of research that addresses the subject presented, which is fundamental to effectively combat violence against this population. Furthermore, it is necessary to implement existing public policies and create new specific legislation that guarantees the protection of these individuals. The point of this research reveals the urgency of measures that truly combat violence, through Social Service professionals, and that promote the inclusion of this invisible public, as well as respect for diversity of sexual orientation and gender.

Key words: LGBT population - Social Service - Violence.

1 INTRODUÇÃO

O estudo apresentado tem como objetivo analisar o olhar dos assistentes sociais voltados a violência contra a população LGBTQIAP+¹ no Brasil. A metodologia adotada consiste em uma revisão sistemática de literatura acadêmica (OKOLI, 2015).

A violência cometida contra esse público se tornou, mais recentemente, tema central de pesquisas de assistentes sociais no país. Na última década, esse assunto tomou maior visibilidade devido ao crescimento significativo das violências cometidas contra, sobretudo, gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e travestis.

Diante da discriminação, violência física e psicológica e a marginalização desses indivíduos, a atuação do profissional do Serviço Social tornou-se crucial na prevenção desses crimes e na promoção de direitos humanos básicos previstos em lei e defendidos pela classe.

Essa violência de gênero e orientação sexual estrutural assume diversas formas dentro da sociedade, desde a violência física até a sua discriminação institucionalizada. Esse preconceito, em sua maioria, resulta em diversas violações de direitos básicos já estabelecidos no país, limitando o acesso dessas pessoas à saúde, educação, lazer e moradia, bem como excluindo os mesmos do convívio em sociedade.

No contexto brasileiro, o assistente social se depara diariamente com uma série de desafios para sua plena atuação, bem como a necessidade da não influência de sua própria convicção dentro do seu exercício profissional.

Nesse sentido, é necessário refletir de que forma a violência contra a população LGBTQIAP+ acontece no país e quais fatores contribuem para o aumento desses índices, além de pensar em soluções a longo prazo para a sua eliminação ou prevenção, através da sociedade, do profissional de assistência social e do estado, na promoção de políticas públicas e legislações eficazes.

É fato que os assistentes sociais brasileiros têm, em sua grande maioria, uma visão crítica sobre as demandas que se apresentam no cotidiano da população, principalmente quando voltada para a temática de violência contra a população LGBTQIAP+, onde reconhecem que essa violência não se limita apenas a violência

¹ A sigla LGBTQIAP+ contempla, respectivamente: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras minorias.

física e que a problemática se estende nas raízes das expressões da questão social, entretanto não excluindo profissionais que andam na contramão dessa visão.

Logo, o trabalho buscou evidenciar como encontra-se a atuação desses profissionais, suas opiniões, bem como o preconceito que ainda tanto se faz presente na profissão, analisando suas práticas, os desafios e as contribuições dos assistentes sociais e como a profissão vem se reinventando para que consiga contemplar todas as necessidades apresentadas por esses indivíduos.

2 GÊNERO E SOCIEDADE

O preconceito sofrido pela população LGBTQIAP+ já possui registro há muito tempo no Brasil. Desde o período colonial existiu diversas tentativas e, algumas bem-sucedidas, de apagamento cultural, racismo e preconceito contra as relações afetivas dos originários das terras brasileiras.

O mais famoso preconceito sofrido naquela época foi o assassinato do indígena Tupinambá Tibira² em nome da fé de padres que vinham com a intenção de “purificar” aqueles que ali habitavam. Esse fato foi documentado pelo francês Yves d'Évreux (1577-1632), no qual ele realizou a condenação do indígena e publicou em seu livro *História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613-1614*.

Após a invasão dos portugueses no Brasil, em seu período pré-colonial (1500 – 1530), colonial (1530 – 1822) e imperial (1822 – 1889), no qual antecede o período republicano (1889 – atual), é muito limitado os registros das violências frente a comunidade LGBTQIAP+ da época, visto que pela grande influência da igreja católica e das leis aplicadas nestes períodos as pessoas que possuíssem orientações sexuais que fossem “contra a natureza” argumentadas pelas influências religiosas, eram passíveis de marginalização, invisibilidade e em casos graves, castigos e prisões.

Para tanto, após o processo de imperialismo brasileiro, em meio ao período republicano, o preconceito e, conseqüentemente, a violência contra a comunidade LGBTQIAP+, se intensificou em meio a ditadura militar a partir da década de 1970. Durante esse período, a polícia agia de forma truculenta contra homossexuais, onde eles sofriam através de tortura e muitos eram assassinados.

² Termo utilizado por indígenas para se referir a um homossexual.

Na época em que existia tanta censura, o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981)³ e o boletim *ChanacomChana* (1981-1987)⁴ se destacavam de forma importante ao abordar assuntos que envolviam a comunidade e as demais questões sociais em todo o território nacional.

Essa violência contra as diversas expressões de gênero, para além da sua forma crua, física e psicológica, trata-se de uma expressão da questão social⁵. Segundo Butler (1990, p.179), "O gênero não é simplesmente uma possibilidade cultural. Ele é sempre uma marca de controle e restrição, uma estratégia de conservação da hierarquia de poder." A diversidade sexual confronta o sistema político brasileiro, que ainda é muito pautado no "conservadorismo" que se trata dos direitos pautados na religião e ideais ultrapassados, na "família tradicional", composta por um homem cisgênero⁶ e heterossexual, uma mulher também cisgênero e heterossexual e seus filhos.

De outra maneira, todas as outras formas de constituição familiar que divergem do que o sistema heteropatriarcal⁷ prega, são vistas como não passíveis de reivindicação de direitos básicos contemplados na Constituição Brasileira de 1988, art. 6º, que diz: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Logo, a violência sofrida pela comunidade LGBTQIAP+ não parte apenas do âmbito familiar, mas parte, sobretudo, de toda a estrutura social e política historicamente construída no país. Hooks, na sua obra "*Feminism is for Everybody*" (2000), afirma que a luta contra as formas de violência de gênero e da sexualidade não "aborda apenas os sintomas visíveis, mas também as raízes estruturais do poder desigual e da dominação".

³ O jornal *Lampião de Esquina* foi desenvolvido por grupo homossexual para outros homossexuais na época da ditadura.

⁴ O boletim *ChanacomChana* buscou, durante a ditadura militar, fortalecer as lutas de classe e gênero, especificamente para mulheres lésbicas.

⁵ "Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero, dentre outros."

⁶ São todas as pessoas que se identificam com o gênero que foi lhe atribuída quando nasceram.

⁷ Sistema "sociopolítico no qual a heterossexualidade masculina cisgênero tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais."

Logo, discutir sobre a violência contra a população LGBTQIAP+ é fundamental para ampliar as visões do nosso cotidiano e entender os desafios enfrentados pela população que não seguem os padrões sociais impostos historicamente no Brasil, no qual estes padrões possuem sua base conservadora, que viola constantemente os direitos dos indivíduos e mascara a violência através de crenças individuais, cultura e religião.

No Brasil, a Organização das Nações Unidas publicou em seu perfil brasileiro, em 17 de maio (Dia Internacional de Combate a Homofobia), uma notícia com o título “Igualdade de direitos de pessoas LGBTQIA+ ainda enfrenta altos índices de violência no Brasil”. Tal publicação menciona que no país no ano de 2022, segundo o grupo Gays da Bahia (GGB)⁸, foram assassinadas 228 pessoas da comunidade e “sendo mais da metade travestis e mulheres trans”.

Em uma análise mais profunda, é importante notar que todos os tipos de violência estão ligados a um único fator: o preconceito contra a orientação sexual e de gênero. Entretanto, não quer dizer que todas as pessoas da sigla sofrerão essa violência da mesma maneira.

A agressão psicológica e física sofrida pela comunidade gay, lésbica e bissexual acontece de maneira diferente quando trata-se da comunidade travesti e transsexual, visto que estes sofrem por vários outros fatores, seja no desafio as normas binárias de gênero que é enxergado, pela sociedade “conservadora”, como uma ameaça as normas sociais tradicionais, seja na visão de que são pessoas indignas de direitos civis, sendo constantemente colocadas as margens da sociedade e raramente ocupando lugares de destaque no âmbito do trabalho e da política.

A primeira deputada federal trans eleita na história do Brasil (2023 a atualidade) Erika Hilton, é uma mulher negra e transsexual, ativista dos direitos da população LGBTQIAP+. Quando ainda era vereadora eleita na cidade de São Paulo (2021 – 2023), em uma entrevista realizada, falou: “Creio que estamos num processo de subverter essa condição que já não pode ser parado ou revertido. Somos muitas que estamos chegando, não sozinhas, em espaços de liderança. Na cultura, na política, na moda, na gastronomia, na educação, na saúde”.

⁸ Organização não governamental que teve sua fundação iniciada em 1980 na Bahia e volta-se para a defesa dos direitos da população LBTQIAP+ em todo o país.

Em um país que, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), mais mata pessoas travestis e transsexuais no mundo pelo 14º ano consecutivo, torna-se necessário representantes que não só compactuem com a causa e que sejam contra a violência e discriminação, mas também torna-se fundamental pessoas que façam parte da comunidade LGBTQIAP+, que sintam suas necessidades vivenciadas na própria pele, ocupando espaços de poder.

Portanto, quando pessoas travestis e transsexuais ocupam espaços políticos, como no caso da Erika Hilton, não apenas quebram barreiras, mas também afirmam a existência desses indivíduos como parte integral da sociedade e os colocam como pessoas de plenos direitos e deveres respaldados pela constituição brasileira.

Além de conscientizar o restante da sociedade sobre a violência enfrentada pela população travesti e transsexual, é crucial que a comunidade, sobretudo a lésbica, gay e bissexual também olhe para dentro, reconhecendo e abordando os casos persistentes de exclusão e invisibilidade dentro da própria comunidade.

Logo, evidencia-se que o ativismo de toda a comunidade LGBTQIAP+ e dos simpatizantes da causa é fundamental na luta contra a violência, seja nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais e do próprio Estado. Para que, juntos, promovam a igualdade de direitos e conquista de mais políticas públicas que consigam garantir saúde, segurança e bem-estar para toda essa população.

Por outro aspecto, no começo de 2019, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo de presidente da república, engrandeceu-se o debate sobre o combate à "ideologia de gênero"⁹, termo frequentemente utilizado pela extrema direita como justificativa para, supostamente, proteger a família e a heterossexualidade. No entanto, essa retórica é, na verdade, uma máscara para promover a violência e discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ no país. Essa abordagem política criou, desde o início e que perdura até o momento, um ambiente de intolerância e hostilidade que marginaliza ainda mais uma comunidade já vulnerável.

Desde que se intensificou esse tipo de pensamento no país, registrou-se, segundo dados de diversos relatórios internacionais, um aumento significativo na violência contra a população LGBTQIAP+. O site Brasil de Fato publicou um resumo sobre esses relatórios divulgados e informou que "329 pessoas LGBTQI+ foram

⁹ Termo usado desde os anos de 1990 pela igreja católica contra o avanço dos direitos da população LGBTQIAP+ e movimentos feministas.

vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios), o que significa uma morte violenta a cada 26 horas”.

É importante ressaltar que a disseminação desses discursos, principalmente realizada por um representante maior do país, como no caso do ex-presidente, legitima a discriminação e dificulta a implementação de leis que abarquem todas as causas e novas políticas públicas que sejam verdadeiramente inclusivas e que protejam toda a comunidade.

Ademais, o uso da expressão “ideologia de gênero” está atrelado diretamente à demonização da comunidade LGBTQIAP+ e aumenta o discurso de ódio entre partes conservadoras e do termo popular de “família tradicional brasileira” – especialmente oriundas das vertentes de crenças católica e evangélica. Essa dinâmica de estigmatização não prejudica apenas o movimento que constantemente busca frear a violência por conta da orientação sexual e de gênero, mas também naturaliza estereótipos negativos, acirrando divisões sociais e criando impedimentos para a aceitação e a efetiva união social.

Essa “família tradicional brasileira” é a idealização de uma estrutura composta por um pai, uma mãe e seus filhos, refletindo conceitos conservadores enraizados na sociedade. Contudo, essa definição exclui uma grande porcentagem da população, incidindo significativamente na população LGBTQIAP+ e suas famílias. Em 2010, de acordo com dados publicados no site do IBGE, aproximadamente 60% dos brasileiros viviam em núcleos familiares tradicionais, e, atualmente, estima-se que vinte por cento dos brasileiros sejam membros da comunidade LGBTQIAP+.

A diferença entre a representação da família tradicional e a diversidade da população, evidencia as dificuldades e preconceitos enfrentados por indivíduos LGBTQIAP+. As políticas públicas frequentemente refletem essa exclusão, restringindo os direitos e garantias proporcionados a essas famílias. Não sendo atoa que somente em 2011 o Brasil reconheceu legalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em pesquisa divulgada pela Deep Digital LLYC e publicada no site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, “o Brasil lidera discurso de ódio nas redes sociais contra população LGBTQIAP+”. Segundo o site, a pesquisa monitorou por quatro anos mensagens publicadas nas redes sociais em 10 países: Estados Unidos, Brasil, México, Argentina, Chile,

Colômbia, Peru, Equador, Panamá, República Dominicana, Espanha e Portugal. Dentre todos os países, no ano de 2022, o Brasil liderou com 37,67% no aumento de mensagens com discurso de ódio, seguido dos Estados Unidos com 34,71% e Espanha com 11,23%.

Logo, a atuação do Serviço Social entra de forma fundamental, visto que o assunto é abordado como parte que se integra com a “questão social” tão abordada na profissão. Portanto, a violência contra a comunidade LGBTQIAP+ não é enxergada como somente um fenômeno isolado, mas sim como um conjunto de expressões que resultam na exclusão e na marginalização dessa comunidade frente a estrutura social brasileira.

Na sua obra “Corpos em Aliança e a Política das Ruas”, Butler afirma que a violência é sempre utilizada como um instrumento para reforçar normas sociais de gênero e sexualidade, punindo os que desafiam essas normas e constantemente reforçando a supremacia dos grupos dominantes.

Deste modo, enfrentar a violência contra a população LGBTQIAP+ e, sobretudo, as suas raízes estruturais, exige uma abordagem interseccional que leve em consideração as diversas formas de opressão que esses indivíduos sofrem. Neste sentido, isso significa políticas públicas de igualdade, em que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, e promoção de uma cultura de respeito e aceitação da diversidade.

A violência cometida contra a comunidade LGBTQIAP+ não é um fenômeno individual, mas sim um sintoma das desigualdades sociais abordadas no âmbito do serviço social. Reflete os desequilíbrios estruturais e os instrumentos de poder e controle sobre essa parte da sociedade.

Diante dessa complexidade, é essencial que políticas públicas sejam cumpridas para proteger não apenas juridicamente, mas também culturalmente este grupo. Assim, a educação que vise combater o preconceito desde a infância, a conscientização comunitária e a assistência psicossocial às vítimas da violência, deverão ser implementadas. Ademais, é primordial fortalecer entidades, grupos e organizações de proteção aos direitos desta comunidade, de modo que a justiça e assistência estejam ao seu dispor, além de todos os tipos de apoios em todas as esferas da vida social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÕES E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO À QUESTÃO DAS PESSOAS LGBTQIAP+

O Serviço Social vem realizando uma série de atividades e atuações que buscam prevenir e enfrentar a violência contra a população LGBTQIAP+ no Brasil, seguindo sempre o código de ética da profissão¹⁰, tendo como exemplo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que vem buscando, de modo geral, prevenir as violências contra a comunidade através de uma série de iniciativas:

- I. **Acolhimento e escuta:** o CRAS busca, através da escuta inicial, oferecer um espaço onde a vítima sinta-se à vontade para relatar os acontecimentos sem o medo de julgamento do ouvinte;
- II. **Orientar sobre direitos:** o Centro é usado, sobretudo, como uma abertura de portas através da orientação de direitos que assegurem a população LGBTQIAP+ e ajudar, através da tomada de procedimentos legais, a denúncia em casos de violência;
- III. **Encaminhamento para espaços que ofereçam serviços especializados:** o CRAS possui o dever de encaminhar, se for o caso, para centros que sejam especializados de acordo com cada demanda apresentada pelas vítimas, tendo à exemplo o Centro de Referência Especializado de Serviço Social (CREAS) que busca, de modo simplificado, tratar os indivíduos que já passaram pela prevenção anteriormente, porém já se encontram com seus direitos violados;
- IV. **Multidisciplinaridade:** O CRAS possui, além do atendimento do profissional do Serviço Social, outros profissionais que complementam o centro. Tendo como exemplo os profissionais de psicologia, que complementam o atendimento, tornando-o um acompanhamento psicossocial.
- V. **Busca de redes de apoio para vítimas de violência de gênero e orientação sexual:** para além das alternativas citadas, o CRAS usa de suas ferramentas para buscar redes de apoio para o indivíduo, sendo

¹⁰ Instituído através da lei nº 8.662 de 1993, o código de ética do Serviço Social busca determinar as responsabilidades do profissional, bem como determinar Informações sobre as relações com os usuários, as instituições empregadoras, outros (as) profissionais e outras entidades, organizações da sociedade civil e com a justiça.

possível a busca por vínculos familiares, organizações que ofereçam acolhimento, tendo a exemplo da Casa 1, sendo uma referência de centro de acolhimento para pessoas da comunidade LGBTQIAP+.

Destaca-se também que o Serviço Social conquistou a reativação, através do decreto 11.471/2023, do espaço de permanência do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social que busca orientar e defender o exercício da profissão - como membro no Conselho Nacional de Direitos LGBTQIA+, onde este objetiva o aconselhamento e contribuição com formulação de políticas públicas, diretrizes e medidas governamentais voltadas para as pessoas LGBTQIA+ em todo o país.

Ademais, para além da atuação do Serviço Social em seus próprios espaços de atuação, o Brasil, no que se refere a prevenção, conscientização e atuação no enfrentamento a violência contra a comunidade LGBTQIAP+ não se limitam apenas a atuação dos assistentes sociais ou psicólogos no CRAS ou em centros especializados.

Através de constantes lutas, o Brasil vem avançando na tomada de medidas e criação de leis que visam punir aqueles que desrespeitam e violentam as pessoas por conta da sua identificação de gênero e/ou orientação sexual:

- I. A Presidência da República, através do Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023 dispõe sobre a composição do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LBTQIAP+ (CNCD/LGBT), as suas competências e seu funcionamento;
- II. A Presidência da República, através do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transsexuais e travestis;
- III. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que apesar de não falar expressamente da discriminação de pessoas da comunidade LGTQIAP+, é usada para punir atos de discriminação por conta da identidade de gênero e orientação sexual;
- IV. Em 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável homoafetiva, reconhecendo como núcleo familiar e que possibilitou o casamento lega entre pessoas do mesmo sexo.

Portanto, o Serviço Social desempenha no país um importante papel no enfrentamento a violência contra a população LGBTQIAP+, principalmente nas iniciativas através do CRAS e CREAS.

Além disso, o país avança, ainda que em passos lentos, na adoção de políticas públicas e legislativas voltadas para a garantia a proteção da população LGBTQIAP+ e seus direitos, onde esses avanços refletem em um compromisso constante na promoção da igualdade e combate à violência contra gênero e/ou orientação sexual.

4 “O ESTADO DA ARTE”: ALGUMAS RECENTES PESQUISAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE AS PESSOAS LGBTQIAP+

Na análise dos seis artigos escolhidos, procurou-se uma diversificação de abordagens e períodos de suas publicações, estando dentro do limite de 10 anos desde a publicação, sendo o mais antigo do ano de 2018 e o mais recente do ano de 2020.

A seleção foi orientada pela necessidade de entender as visões dos assistentes sociais quando se trata do tema abordado e o critério de escolha contou com três artigos de revisão acadêmica e três artigos que adotassem métodos qualitativos e quantitativos e aplicações na prática. Essa abordagem permitiu explorar de forma mais ampla as perspectivas sobre o tema da violência contra a população LGBTQIAP+ no contexto do serviço social, através da utilização de descritores específicos, como “serviço social”, “população LGBT” e “violência”, onde foi possível identificar os estudos mais pertinentes para a realização do trabalho.

A revisão sistemática de literatura (OKOLI, 2015) acadêmica foi o método escolhido para guiar este trabalho, sendo possível analisar de forma sistemática os artigos relevantes sobre o tema de violência contra a população LGBTQIAP+, onde essa metodologia possibilitou uma abordagem mais abrangente e que possuísse fundamento na busca pela compreensão das práticas e desafios enfrentados pelos profissionais e suas visões semelhantes ou distintas quando se trata de um determinado assunto.

Em um primeiro momento, foi realizada uma breve descrição de cada artigo selecionado, apresentando seus objetivos, metodologias de pesquisa e principais

resultados obtidos nos trabalhos publicados. Esse momento permitiu compreender de forma mais clara as contribuições individuais de cada estudo para o tema abordado.

Em seguida, foi realizada uma análise comparativa entre os artigos, destacando semelhanças e diferenças, identificadas durante o desenvolvimento do trabalho. Ao analisar os artigos selecionados, foi possível seguir com um panorama que fosse mais abrangente das abordagens realizadas pelos assistentes sociais no enfrentamento da violência contra a comunidade LGBTQIAP+. Foi possível destacar a diversidade de perspectivas e estratégias presentes na literatura revisada.

Por fim, foi elaborada uma síntese das principais reflexões decorrentes da revisão sistemática, respondendo à pergunta norteadora que direcionou este estudo: “de que maneira os estudos dos assistentes sociais têm abordado a questão da violência contra o público LGBTQIAP+ no país?” onde a análise contribuiu para a compreensão mais abrangente dos desafios e oportunidades enfrentados pelos assistentes sociais nessa área e para o fortalecimento das estratégias de intervenção em prol da promoção da justiça social e dos direitos humanos.

4.1 Os artigos pesquisados

Artigo 01: SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT. AUTORES: Maicom Marques de Paula / Wellington Damáso Lima / Camila de Sousa Vasconcelos.

OBJETIVO: Analisar como a atuação do assistente social, as instituições e a legislação podem contribuir para a exclusão da comunidade LGBTQIAP+ no país.

MÉTODO: O artigo analisado usa o método de revisão bibliográfica como abordagem principal para analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre, principalmente, as violações de direitos humanos e a falta de legislação específica para prevenção LGBTQIAP+fobia no país.

RESULTADOS: os autores trouxeram uma análise detalhada da situação da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil, destacando as violações de direitos humanos, a discriminação e a violência enfrentadas por essas pessoas. Além da falta de

legislação específica para prevenir a homofobia, às discriminações enfrentadas nos âmbitos familiar e social, o texto destaca a complexidade e a gravidade da situação. Apesar de alguns estados, como São Paulo, trabalhem para implementar leis de proteção e garantir os direitos da população LGBTQIAP+, a falta de medidas em nível nacional é um obstáculo significativo. Além disso, é enfatizado a importância do envolvimento de diferentes setores da sociedade, incluindo os movimentos sociais, a sociedade civil e o Estado, na luta contra a homofobia. O papel dos assistentes sociais também é considerado crucial neste sentido, com destaque para as ações realizadas pelo CFESS-CRESS para aumentar a visibilidade das questões LGBT e combater o preconceito.

Artigo 02: O ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO MOVIMENTO LGBT. AUTORA: Luciana Dias Gomes.

OBJETIVO: Analisar a contribuição do Serviço Social frente a luta da não violência contra a população LGBTQIAP+ e evidenciar como o profissional consegue exercer seu papel nesse movimento social.

MÉTODO: Análise bibliográfica com metodologia qualitativa, no qual permite entender mais do que dados quantitativos, mas também o contexto, o significado e a interpretação subjacente ao tema do artigo em questão, permitindo uma análise completa dos conteúdos apresentados.

RESULTADOS: a autora apresenta a interação entre o serviço social e o movimento LGBTQIAP+ e destaca a importância da luta, bem como identifica que o papel dos setores do Serviço Social, baseados nos seus códigos éticos e projetos sócio-políticos, que são cruciais no combate à discriminação e ao preconceito, especialmente relacionados à orientação sexual. A articulação entre as demandas do movimento LGBTQIAP+ e as ações do serviço social no texto foram destacadas como essenciais para o acesso a direitos e resposta à violência por conta da sua orientação sexual ou de gênero. Evidência que o movimento LGBTQIAP+ necessita do serviço social para promover a eliminação parcial ou total de todas as formas de preconceito, garantindo o respeito às diferenças e garantindo também a participação dos grupos discriminados na sociedade. Para além disso, demonstra que, compreender as

características e demandas específicas do movimento LGBTQIAP+, é essencial para apoiar e desenvolver quantitativamente e qualitativamente a atuação dos setores, que funcionam como elo entre as exigências legais e as políticas sociais que favorecem a livre expressão de orientação e gênero e visam prevenir a violência contra essa população.

Artigo 03: O SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO DISCURSO LGBTFÓBICO. AUTORES: Albert de Albuquerque / Leo Mozdzenski.

OBJETIVO: Examinar comentários de cunho LGBTQIAP+fóbicos contra a comunidade, que partiram de assistentes sociais em uma publicação de um vídeo do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, que teve como título <<Para o Serviço Social não existe “cura gay”>>.

MÉTODO: Análise Crítica do Discurso (ACD) - desenvolvida por Norman Fairclough (1941), é um método que enfatiza como o discurso reflete e reproduz as relações de poder na sociedade. Ela examina como fatores sociais como governo, crença e status econômico influenciam a aquisição de conhecimento e, portanto, a produção e interpretação do discurso. A ACD enfatiza a importância de analisar o discurso para além do nível linguístico, vendo-o como uma ferramenta para descobrir estruturas sociais e ideológicas subjacentes.

RESULTADOS: Os resultados encontrados nas 04 categorias apresentadas – A retórica cis-heterocompulsória, A retórica da “liberdade do pensamento”, A retórica do “direito a escolha” e A retórica neoconservadora e religiosa –evidenciam diferentes estratégias discursivas empregadas em relação à temática da LGBTfobia, onde, em alguns casos, “mascara” a homofobia em seus comentários. Na retórica “cis-heterocompulsória”, os comentários refletem uma hostilidade e rejeição às identidades não normativas. Por sua vez, a retórica da “liberdade do pensamento” busca justificar as terapias de (re)orientação sexual, mas ignora os direitos constitucionais fundamentais, revelando um desejo de atuar sem restrições, o que pode ser interpretado como uma prática homofóbica por parte dos profissionais. Já a retórica do “direito de escolha” perpetua a ideia equivocada de que a orientação sexual é uma

escolha, ignorando evidências científicas e contribuindo para a patologização (atribuindo a uma doença) das identidades LGBTQIAP+. Por fim, a “retórica neoconservadora e religiosa” se opõe à posição progressista da publicação realizada pelo CFESS, no qual estão defendendo valores “tradicionais” e religiosos e ignorando os direitos básicos e da dignidade das pessoas LGBTQIAP+. Essas diferentes formas de enxergar o conteúdo publicado refletem uma diversidade de visões e posicionamentos em relação à questão da LGBTQIAP+fobia, mas todas caminham para um mesmo ponto: a necessidade de uma abordagem, em todos os postos de atuação do Serviço Social, mais inclusiva e respeitosa em relação às diversidades de orientação sexual e identidade de gênero, principalmente quando trata-se de assistentes sociais formados e/ou em formação.

Artigo 04: SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL: percursos na formação profissional. Autores: Jaqueline de Melo Barros / Nilza Rogéria de Andrade Nunes.

OBJETIVO: Compreender como o debate sobre diversidade sexual vem sendo abordado nos cursos de Serviço Social. No âmbito profissional a discussão ganha fôlego com a campanha “O Amor fala todas as línguas”, tendo como ápice a Resolução 489, a qual veda quaisquer condutas de caráter discriminatório e/ou preconceituosas por orientação sexual no exercício profissional.

MÉTODO: Estudo exploratório de cunho qualitativo, onde busca utilizar abordagens ajustáveis e ao mesmo tempo profundas que possibilite a exploração de perspectivas e experiências dos participantes. Através de técnicas como, por exemplo, entrevistas em profundidade, observações participativas e análise de conteúdo, busca-se revelar compreensões importantes e gerar hipóteses para pesquisas futuras. Portanto, a abordagem permite uma compreensão vasta e contextualizada do tema abordado no artigo, onde destaca-se aspectos subjetivos e complexos da realidade investigada.

RESULTADOS: Procurou evidenciar como anda o interesse de futuros assistentes sociais acerca do tema “diversidade sexual” e conseqüentemente, de acordo com as respostas, mostrar de que maneira o assunto é visto por esses profissionais em formação, de acordo com pesquisa realizada dentro de uma universidade privada –

não identificada. O artigo discute a importância da inclusão da diversidade sexual na formação de assistentes sociais, enfatizando sua relevância para o curso de Serviço Social. Os resultados mostram que todos os alunos consideram o tema relevante, sendo que 71% reconhecem o papel do assistente social na promoção de direitos e políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+, enquanto 29% destacam a importância da produção de conhecimento. No entanto, muitos estudantes não estão familiarizados com a campanha "O Amor fala todas as línguas" e a Resolução 489/06, que são essenciais para combater a discriminação e promover a inclusão. A falta de conhecimento sobre esses instrumentos compromete a atuação profissional e a efetivação do princípio ético de eliminar preconceitos e respeitar a diversidade.

Artigo 05: NÁRNIA E O CONSERVADORISMO DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA VISÃO DE DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL SOBRE UNIÕES HOMOAFETIVA NA PERSPECTIVA DE DIREITO. AUTORA: Alana Menezes de Lima.

OBJETIVO: Compreender como um curso que tem como base o debate sobre direitos humanos e tem como um dos objetivos primordiais a asseguarção desses direitos, ainda existem profissionais preconceituosos.

MÉTODO: Questionário com perguntas abertas e fechadas, onde esse método de pesquisa possibilita coletar dados quantitativos e/ou qualitativos, permitindo uma análise vasta das respostas de cada participante.

RESULTADOS: Explora as percepções de estudantes de Serviço Social em relação às uniões homoafetivas, sob uma visão jurídica. Os resultados apresentados mostram um olhar conservador entre os estudantes, destacando-se argumentos fundamentados em crenças morais e religiosas. A maioria dos participantes expressa visões tradicionais sobre a temática, mostrando resistência à aceitação das uniões homoafetivas como um direito legítimo. Essa postura conservadora pode ter impacto na sua futura prática profissional, indicando a necessidade de uma abordagem educacional mais inclusiva e sensível às questões de diversidade de gênero no Serviço Social. Além disso, o artigo destaca a importância de promover o debate e a reflexão em contextos acadêmicos para desconstruir preconceitos e promover uma

atuação profissional mais ética e comprometida com os direitos humanos. A análise revela a urgência de uma formação que valorize a diversidade e ajude os futuros assistentes sociais a lidarem com questões relacionadas à sexualidade e aos direitos da população LGBTQIA+. A análise aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que integre conhecimentos jurídicos, éticos e sociais para proporcionar uma compreensão mais ampla e sensível das necessidades das pessoas LGBTQIA+ na prática do serviço social no dia a dia.

Artigo 06: A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS LGBT. AUTORES: Juliana Siqueira da Silva / Fernando Guimarães Oliveira da Silva.

OBJETIVO: Analisar os trabalhos socioeducativos do Serviço Social nas demandas LGBQIAP+.

MÉTODO: Pesquisa exploratória e descritiva e pesquisa empírica, onde a pesquisa exploratória procura compreender fenômenos pouco explorados, iluminando o caminho para futuras descobertas. Já a pesquisa descritiva se dedica a especificar com detalhes características de uma população ou fenômeno. Se trata da pesquisa empírica, possui dados coletados da vida real e concretos através de experimentos, estudos de campo etc.

RESULTADOS: Os resultados evidenciam uma variedade de desafios enfrentados pela comunidade LGBT+ em relação à violação de direitos, incluindo discriminação, exclusão e violência. Além disso, foi possível identificar a importância da educação e sensibilização como ferramentas essenciais para combater o preconceito e promover a inclusão. Os participantes mencionaram a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de ações afirmativas para a garantia dos direitos e a igualdade de oportunidades para as pessoas da comunidade LGBQIAP+. Essas visões enfatizam a importância da dimensão socioeducativa do Serviço Social e dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

4.2 Análise comparativa

Os seis artigos trazem a questão da diversidade sexual e de gênero sob múltiplas perspectivas, porém com objetivos semelhantes de enfrentar a discriminação e estimular a inclusão da comunidade LGBTQIAP+. Enquanto alguns artigos focam na análise da situação da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil e destacam as violações de direitos humanos, outros analisam a interação entre o Serviço Social e o movimento LGBTQIAP+. Apesar da distinção de objetivos específicos dos artigos, todos seguem para o mesmo ponto: a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às diversidades de orientação sexual e identidade de gênero.

As metodologias utilizadas nos artigos são múltiplas, variando desde análises detalhadas da situação da comunidade LGBTQIAP+ até estudos exploratórios qualitativos e análises das percepções dos estudantes de Serviço Social. Enquanto uns se baseiam em analisar dados quantitativos, outros fazem uso de abordagens para explorar as experiências de cada participante. Apesar das diferenças nas metodologias, os artigos, de modo geral, procuram gerar uma compreensão abrangente e contextualizada do tema abordado, destacando aspectos subjetivos e complexos de cada realidade investigada.

Por fim, tratando-se dos resultados, apesar dos artigos apresentarem diferentes conclusões, todos criam semelhança em pontos principais, a exemplo a necessidade de políticas públicas mais eficazes e ações afirmativas e de conscientização para combater o preconceito e promover a inclusão da comunidade LGBTQIAP+ dentro da sociedade.

Para além disso, destacam a importância da educação e do debate acadêmico para desconstruir preconceitos, resultando em uma atuação profissional com o uso da ética e compromisso com os direitos humanos. Todos os pontos resultam na urgência de realizar uma abordagem interdisciplinar que seja comprometida, principalmente, com a promoção da igualdade e da justiça social no campo do Serviço Social.

Tabela 01 – artigos resumidos

ARTIGO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS
Artigo 01	Entender as formas de exclusão da população LGBTQIAP+	Revisão bibliográfica	Abordou as formas de violação de direitos, falta de legislações específicas e a atuação do Serviço Social
Artigo 02	Contribuição do Serviço Social frente as demandas da comunidade LGBTQIAP+	Análise bibliográfica com metodologia qualitativa	Evidenciou que a atuação do Serviço Social é essencial para a luta específica desse grupo
Artigo 03	Examinar comentários LGBTQIAOP+fóbicos realizados por assistentes sociais em um vídeo	Análise Crítica do Discurso (ACD)	Evidenciou 04 retóricas nos comentários realizados: cis-heterocompulsória, liberdade do pensamento, “direito a escolha” e neoconservadora e religiosa
Artigo 04	Compreender o debate sobre diversidade sexual no curso de Serviço Social	Estudo exploratório de cunho qualitativo	Evidenciou que todos os participantes acham a temática relevante, mas que não são todos que se aprofundam na mesma.
Artigo 05	Analisar pensamentos LGBTQIAP+fóbicos de assistentes sociais em formação	Questionário com perguntas abertas e fechadas	Explora as percepções de estudantes de Serviço Social em relação às uniões homoafetivas, sob uma visão jurídica

Artigo 06	Analisar os trabalhos socioeducativos do Serviço Social nas demandas LGBTQIAP+	Pesquisa exploratória e descritiva e pesquisa empírica	Identificou que os participantes sentem necessidade de políticas públicas mais eficazes e de ações afirmativas para assegurar os direitos já previstos.
-----------	--	--	---

4.2 Síntese

Os estudos dos profissionais do Serviço Social sobre a violência cometida contra a população LGBTQIAP+ no país evidencia uma série de desafios para o correto debate sobre as pautas impostas por essa comunidade. As análises dos artigos trazem diversas situações marcadas por desrespeito aos direitos humanos e intolerância à orientação sexual ou de gênero, mostrando a falta de legislação específica para assegurar os direitos desta parcela da população no Brasil e aponta os preconceitos cometidos pela sociedade ou no âmbito familiar.

Como demonstram os artigos, em conjunto, o Serviço Social torna-se fundamental nesse contexto de violências contra essa população, realizando ações que tenham o objetivo de aumentar a visibilidade desta dimensão da questão social. Dimensão construída em torno do combate ao preconceito e às violências que essas pessoas sofrem diariamente, em diferentes partes do país e nas suas diferentes formas de expressão.

Nos artigos aqui analisados, o vínculo entre a atuação dos assistentes sociais e o movimento LGBTQIAP+ e suas pautas são destacadas como de suma importância na garantia de acesso aos direitos básicos e na diminuição de violências psicológicas e físicas das vítimas. Todavia, em um dos artigos, foi ressaltado como alguns assistentes sociais desempenham suas atividades de forma oposta do que é empregado academicamente nos cursos de formação do Serviço Social e de acordo com o projeto ético-político da profissão no país, como foi apontado através de comentários LGBTQIAP+fóbicos de assistentes sociais em uma publicação do Conselho Federal de Serviço Social.

Em outro estudo é possível notar que existem espaços abertos no conhecimento quando se trata da diversidade sexual, legislação antidiscriminatória e atuação do CFESS-CRESS frente o movimento LGBTQIAP+. A falta de conhecimento e/ou compreensão sobre esse movimento e ações acaba por resultar em profissionais não atuantes na promoção da antidiscriminação e no não preconceito, evidenciando assistentes sociais que não se importam com as lutas a favor da diversidade sexual e de gênero.

Os resultados também demonstram a urgência de professores do serviço social que estejam verdadeiramente aptos a abordar e desenvolver de forma correta e inclusiva os debates sobre orientação sexual, gênero e diversidade dentro de sala de aula, trazendo exemplos de atuações no dia a dia profissional sem que haja o apagamento dos fundamentos teóricos metodológicos da profissão. Sendo importante, também, o incentivo para que exista a procura por desenvolver o tema e capacitar-se dentro dele.

As análises evidenciam a importância da base acadêmica para desconstruir preconceitos e combater, de acordo com os fundamentos do serviço social, a discriminação da comunidade LGBTQIAP+ e, também, promover uma atuação pautada na ética profissional com elo aos direitos das minorias aqui tratadas.

Em geral, os estudos dos assistentes sociais abordam a questão da violência contra essa parte da população de forma inclusiva e respeitosa, tendo alguns profissionais que fogem dessa linha. Também atuam através da educação, no ativismo social, nas intervenções políticas e estão, sobretudo, à frente de pesquisas que destacam os direitos humanos e os direitos da população LGBTQIAP+.

Por fim, destaca-se a importância da dimensão socioeducativa da profissão e a força dos movimentos sociais criados para enfrentar as violências de direitos humanos, enfatizando-se sempre o desenvolvimento de novas políticas públicas e a melhoria e atualização das já existentes para garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas de forma igualitária.

4.3 O “ESTADO DA ARTE”

O serviço social, em suma, trata a violência contra a população LGBTQIAP+ adotando uma abordagem que se baseia em conscientizar e aplicar estratégias

práticas no dia a dia. Utiliza a instrumentalidade como uma ferramenta central que busca reforçar o combate à violência que é encontrada, de forma nítida ou não, nos espaços públicos e privados, enfatizando que sua intervenção é disruptiva diante de práticas de violência contra pessoas e direitos básicos já tão bem estabelecidos na sociedade.

O curso continua constantemente na busca da capacitação dos profissionais a utilizarem todas as ferramentas que estejam disponíveis diante dos assistentes sociais, incluindo políticas públicas e leis vigentes, para extinguir, ao menos parcialmente, a violência sexual e de gênero enfrentada pela comunidade LGBTQIAP+.

Os artigos evidenciam o interesse dos assistentes sociais em discutir a violência contra a população LGBTQIAP+, porém, nota-se uma dificuldade em abordar esse tema em sala de aula, o que prejudica a análise prática no cotidiano profissional.

Também se torna evidente a falta de conhecimento em políticas públicas voltadas a essa população, ainda que de forma mais comum, como os centros de atendimento multidisciplinares especializados que oferecem suporte desde o acolhimento psicológico e social, até assistência jurídica específica para a população LGBTQIAP+, ou ainda os esforços realizados pelo CRESS-CFESS para apoiar a causa e lutar no combate a essa violência sofrida.

De modo geral, o serviço social volta sua atenção para as questões de violência contra a população LGBTQIAP+, com profissionais empenhados, que promovem significativa visibilidade a causa, desde a formação do assistente social até sua prática profissional, desenvolvendo estratégias sensíveis e únicas de intervenção, buscando acolher as demandas diárias, enquanto se empenham incansavelmente na luta contra todas as formas de discriminação que atingem a comunidade LGBTQIAP+. Esta abordagem proativa reflete o compromisso do serviço social em defender os direitos humanos e promover uma sociedade mais inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou evidenciar que os estudos realizados pelos assistentes sociais sobre o tema revelaram diversos desafios para debater com eficácia as

questões ora abordadas, onde se destacou desrespeito em diversas situações, além de intolerância à orientação sexual. Em contraponto, a profissão é crucial para que o tema ganhe cada vez mais visibilidade para a problemática, a fim de extinguir, ainda que parcialmente, a violência cometida, apesar de alguns profissionais não atuarem de acordo com os princípios defendidos através do código de ética do Serviço Social, levando em consideração o que recomenda o CFESS através da resolução nº 845 de 26 de fevereiro de 2018, onde busca “assegurar que a identidade de gênero e a diversidade de expressão sejam reconhecidas no conjunto dos processos de trabalho do/a assistente social”.

O resultado dos estudos apresentados buscou demonstrar como as recentes pesquisas em Serviço Social estão tratando o tema da violência no tocante a comunidade LGBTQIAP+ no país, observando lados diversos e ao mesmo tempo simultâneos do olhar dos assistentes sociais para o tema, deixando evidente que, apesar desses contrapontos acadêmicos, ainda há uma necessidade de maiores pesquisas e publicações.

Portanto, surge a necessidade de novos estudos através do olhar dos profissionais do Serviço Social para as vítimas de violência LGBTQIAP+, buscando mostrar cada vez mais a atuação desses assistentes sociais, além de evidenciar as dificuldades, as opiniões e o preconceito que ainda é tão presente em uma profissão que busca ser disruptiva quanto aos padrões presentes na sociedade e que tentam constantemente desconectar-se de pré-conceitos para que consigam atender a todas as demandas vindas das expressões da questão social.

Por fim, é importante que, cada vez mais, o assunto torne-se presente em debates da profissão, para que todos os profissionais possam lutar pela não violência, através da atuação em centros de referência, em hospitais, escolas, nas secretarias e em órgãos em geral, bem como no desenvolvimento de políticas públicas que cheguem a essa população como um todo.

Em suma, todos os resultados evidenciam a importância do empenho dos profissionais e dos órgãos municipais, estaduais e federal no fortalecimento da não violência e do debate pacífico. Só assim o país conseguirá atender as demandas dessa população que é diariamente violentada, em seus aspectos físico, mental e cultural.

REFERÊNCIAS

PAULA, Maicom Marques de; LIMA, Wellington Damáso; VASCONCELOS, Camila de Sousa. SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT. Nov. 2018. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3381>. Acesso em: 02 abr. 2024.

ALBUQUERQUE, Albert de; MOZDZENSKI, Leo. O serviço social e o enfrentamento ao discurso LGBTfóbico. *Revista UEMG*. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD1_SA27_ID1247_07102019222818.pdf.

Acesso em: 02 abr. 2024.

BARROS, Jaqueline de Melo; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Serviço social e diversidade sexual: percursos na formação profissional. *Serviço Social & Realidade*, jan. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4301>. Acesso em: 02 abr. 2024.

LIMA, Alana Menezes de. Nárnia e o conservadorismo do serviço social: análise da visão de discentes de serviço social sobre uniões homoafetivas na perspectiva de direito. Out. 2022. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220709354.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GOMES, Luciana Dias. O enfrentamento ao preconceito: o papel do serviço social junto ao movimento LGBT. Brasília, DF, jun. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/10201>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, Juliana Siqueira da; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. A dimensão socioeducativa do serviço social e dos movimentos sociais no enfrentamento da violação de direitos LGBT. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/882/855>. Acesso em: 02 abr. 2024.

Brasil de Fato. "LGBTfobia veio de caravela: colonização sobre os corpos indígenas." Disponível em:

[https://www.brasildefato.com.br/especiais/lgbtfobia-veio-de-caravela-colonizacao-sobre-os-corpos-indigenas#:~:text=A%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A0%20diversidade%20de,em%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20\(MA\)](https://www.brasildefato.com.br/especiais/lgbtfobia-veio-de-caravela-colonizacao-sobre-os-corpos-indigenas#:~:text=A%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A0%20diversidade%20de,em%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20(MA)). Acesso em: 07 abr. 2024.

Aventuras na História. "História indígena: casos de amor e ódio na colônia."

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-indigenas-casos-amor-e-odio-na-colonia.phtml>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Jornal da USP. "Na ditadura, mídias alternativas quebraram tabus sobre LGBTs." Disponível em: <https://jornal.usp.br/tv-usp/na-ditadura-midias-alternativas-quebraram-tabus-sobre-lgbts/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

FTEC. "Expressões da questão social são apresentadas por acadêmicos de serviço social." Disponível em: <https://www.ftec.com.br/blog/expressoes-da-questao-social-sao-apresentadas-por-academicos-de-servico-social/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

O Globo. "Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório." Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. "Dossiê Mortes LGBT+ 2022." Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Brasil Escola. "Proletariado." Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/proletariado.htm>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Penna, João Camillo. "Butler: Problemas do Gênero." Disponível em: <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BBC News. "Vulcão na Islândia entra em erupção após mais de 6 mil anos." Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 28 abr. 2024.

Grupo Dignidade. "Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)." Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?order=ASC&orderby=date&view_mode=cards&perpage=12&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=. Acesso em: 28 abr. 2024.

Historiar. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/412>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CartaCapital. "Ideologia de gênero: como o clã Bolsonaro usa internet para atacar LGBTI+." Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-como-o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Aos Fatos. "Desenhamos fatos sobre ideologia de gênero." Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Nações Unidas no Brasil. "Igualdade de direitos de pessoas LGBTQIA+ ainda enfrenta altos índices de violência no Brasil." Disponível em: <https://brasil.un.org/pt->

br/232003-igualdade-de-direitos-de-pessoas-lgbtqia-ainda-enfrenta-altos-%C3%ADndices-de-viol%C3%Aancia-no-brasil. Acesso em: 05 mai. 2024.

Brasil de Fato. "Violência, violação e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional." Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ANDES-SN. "Brasil lidera discurso de ódio nas redes sociais contra população LGBTQIAP+." Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-lidera-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-contr-populacao-LGBTQIAP1>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Agência Brasil. "Brasil é o país com mais mortes de pessoas trans no mundo, diz dossiê." Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-pessoas-trans-no-mundo-diz-dossie>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Mulheres e homens no Brasil: um retrato das desigualdades." Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=797>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). "10 anos da decisão histórica: STF reconheceu união homoafetiva." Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/10-anos-decisao-historica-stf-reconheceu-uniao-homoafetiva>. Acesso em: 06 mai. 2024.

InfoEscola. "Análise Crítica do Discurso." Disponível em: <https://www.infoescola.com/linguistica/analise-critica-do-discurso/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Presidência da República. "Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016." Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

Presidência da República. "Decreto nº 11.471, de 6 de junho de 2023." Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11471.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.471%2C%20DE%206,%2C%20Intersexos%2C%20Assexuais%20e%20Outras. Acesso em: 02 jun. 2024.

Presidência da República. "Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989." Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

Consultor Jurídico. "Supremo Tribunal Federal reconhece união estável homoafetiva." Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social no Conselho de Direitos LGBTQIA+. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2017#:~:text=Servi%C3%A7o%20Social%20no%20Conselho%20de%20Direitos%20LGBTQIA%2B&text=O%20espa%C3%A7o%20foi%20reativado%20atrav%C3%A9s,sido%20extinto%20pelo%20governo%20anterior>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Em 2018, o CFESS emitiu nota técnica sobre o trabalho do/a assistente social. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1873#:~:text=Em%202018%2C%20o%20CFESS%20emitiu,trabalho%20do%20Fa%20assistente%20social>. Acesso em: 02 jun. 2024.